



Anais da Assembléia

N.º 07

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE MARÇO DE 1986

ANO XII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 1986

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Edilson Alencar e Adhail Sprenger Passos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguiu Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

EMENDA:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 43/86

Artigo Único — A alínea c), do inciso II, do artigo 34, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34 —

II —

c) — exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal, salvo em caráter de substituição".

Sala das Sessões, em 05 de março de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

DIRCEU MANFRINATO
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
MÁRIO PEREIRA
GERNOTE KIRINUS
MÁRCIO ALMEIRA
TADEU FRANÇA
TADEU LÚCIO MACHADO
NESTOR BAPTISTA
JORGE MAIA FILHO
SABINO CAMPOS
ERONDY SILVÉRIO
RUBENS BUENO
TUGUIU SETOGUTTE
SÉRGIO SPADA
ANIBAL KHURY
ANTÔNIO ANNIBELLI
NELSON VASCONCELLOS
ACIR MEZZADRI
TRAJANO BASTOS
NILSO SGUAREZI
ODENI MONGRUEL
EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração constitucional visa contornar dificuldade surgida em numerosos municípios, onde se realizaram eleições em novembro último para Prefeito e Vice-Prefeito.

Sucede que, nesse pleito, alguns deputados elegeram-se vice-prefeito. Esta posição, nos últimos anos, deixou de ser mera suplência para converter-se em "cargo", resultando na desnaturação de sua natureza expectante. Assim, estariam aqueles parlamentares alcançados pela incompatibilidade prevista no artigo que se pretende modificar.

Desnecessário insistir que o vice não ocupa cargo. Enquanto não ocorrer circunstância propiciadora de sua investidura no cargo de Prefeito, Governador ou Presidente, seja substituindo, seja sucedendo o titular, o Vice permanece em atitude de expectativa. Esse é o único fundamento da figura do Vice.

Por essa razão, não parece justo que um deputado vice-prefeito tenha que renunciar ou suportar a perda do mandato em virtude de substituir, por breve tempo, talvez uma só vez durante todo o período administrativo. Igualmente, não é justo frustrar a vontade popular, privando-a do seu escolhido para a suplência do prefeito, apenas para obviar incompatibilidade entre mandatos diversos.

Dá a proposta de emenda tendente a conciliar a injusta situação gerada nesta fase de transição político-institucional, do regime autoritário para a democracia plena. Edita a nova Constituição, em futuro próximo, a matéria será posta em termos semelhantes, já que nela prevalecerá o espírito democrático e conciliador.

"PROPOSTA DE EMENDA N. 25, de 1985,
À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Altera a redação do artigo 118 da Constituição.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nos termos do inciso XV do artigo 17 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo 1.º – O inciso III do artigo 118 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

III – exercer outro mandato eletivo, salvo se licenciado do cargo;

Artigo 2.º – Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de Emenda à Constituição do Estado tem por objetivo alterar o texto do inciso III do artigo 118 da Lei Maior Paulista, no sentido de permitir ao prefeito licenciado de seu cargo exercer outro mandato eletivo.

Com efeito, não se justifica que os ocupantes dos cargos de prefeito fiquem atrelados à vedação constitucional de exercer outro mandato eletivo, quando licenciado, pois nesta hipótese não estariam sob a égide dessa proibição, em face de não estarem no exercício da função, pressuposto básico fixado na Carta Magna.

Ora, estabelecida a exceção da licença, estariam abertas as portas para os alcaides exercerem outros mandatos eletivos, escoimando-se, por conseguinte, da interdição prevista no texto atualmente vigente.

Por isso, reputamos que a Proposta em análise receberá o beneplácito dos órgãos permanentes e do douto Plenário desta Assembléia.

Sala das Sessões em 05/11/85.

(a) MANOEL MOREIRA

Ademir Scarpelli - Aloysio Nunes Ferreira - Álvaro Fraga - Antonio Rezk - Archimedes Lammoglia, apoioamento - Ary Pedroso - Carlos Apolinário, apoioamento - Elias Salim Curiati - Emílio Justo - Evandro Mesquita - Fauze Carlos, apoioamento - Fernando Leça, Franco Baruselli - Geraldo Siqueira - Apoioamento - Geraldo Alckmín - Gilberto Delmont - Hélio César Rosas - Hélio Furlan - Jair Andreoni - José Storópoli - Koyu Iha - Marcos Aurélio Ribeiro - Benedito Ribeiro - Nelson Fabiano - Osiro Silveira - Rubens Lara - Walter Mendes.

(Public. no D.O.E. São Paulo, 08/11/85)“.

requerimentos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANTONIO BONFIM SILVA, empresário do “Grupo Silva”, ocorrido no dia 02 de março do corrente ano, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, através de seu filho, Sr. Aquilar Silva.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do ex-soldado FRANCISCO JOSÉ ERMANN OHREN, ocorrido em janeiro p.passado.

Requer, outrossim, que da decisão da Mesa, seja dada

ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo passamento do Sr. EZIDIO ANTONIO PIN, ocorrido no dia 03 de março, em Curitiba.

Requer ainda, seja enviada cópia aos familiares, Sr. Etenilio Tiziani Pin, residente em Dois Vizinhos, à Rua 28 de Novembro, 40.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que propomos objetiva demonstrar o sentimento dos paranaenses pelo passamento de uma pessoa de elevadíssima estima e de tradicional família de São Jorge do Oeste.

O prematuro acontecimento enluta a todos nós, que há anos privamos da amizade de seus familiares, com os quais, neste momento de dor, choramos tão irreparável perda.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no Art. 134, § 1.º, Inciso VI do Regimento Interno, o Deputado infra-assinado, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, conste da ata da sessão de hoje, um voto de congratulações às INDÚSTRIAS TODESCHINI S/A, pelos 100 anos de bons serviços prestados à Nação brasileira.

Em setembro de 1877, chegava ao Brasil o ainda jovem Giuseppe Todeschini, com 26 anos, natural de Ércole, província de Verona - Itália. Vinha, como tantos outros imigrantes, em busca da fortuna. Estabeleceu-se primeiramente no local denominado Anhaia, em Morretes, transferindo-se posteriormente para Curitiba, onde trabalhou como construtor de casas de madeira para os emigrantes das Colônias Muricy e Imbituva.

Após sete anos, Giuseppe iniciou o complexo industrial Todeschini, em sua própria casa, construída numa chácara que adquiriu de seu sogro, a qual, mais tarde, ficou limitada com a frente para a Av. Sete de Setembro e fundos para a Avenida Iguaçu.

Em 1855, era fundada a primeira indústria de macarrão do sul do Brasil: a “Fábrica Di Paste Alimenticie Di Giuseppe Todeschini”. Com apenas seis funcionários e uma prensa manual, idealizada e fabricada pelo próprio Giuseppe, surgiu o macarrão, produto até então desconhecido para a maioria dos curitibanos.

Graças à sua jovialidade e fácil comunicação, indo de casa em casa oferecer o seu produto, Giuseppe conseguiu vencer as desconfianças dos consumidores, explicando o seu valor nutritivo, ensinando as várias maneiras de preparação, o modo de enrolá-lo no garfo e, ainda, muitas vezes, saboreando a macarronada junto com o freguês.

Com o passar do tempo, seus onze filhos foram ingressando na indústria e assumindo cada qual um setor da empresa.

Com 71 anos, no dia 7 de agosto de 1922, Giuseppe Todeschini faleceu. Seus filhos já então administravam totalmente a indústria, com a mesma meta e filosofia.

Houve várias mudanças na razão social da empresa: no período de 1900 a 1911 - Giuseppe Todeschini e Filhos; de 1911 a 1922 - Rafael Todeschini e Irmãos; de 1922 a 1956 - Indústria Todeschini Ltda., e, de 1956 até o presente, Indústrias Todeschini S/A.

O sucesso sempre crescente da indústria, onde a qualidade sempre foi fator prioritário, deu evasão à diversificação de produtos, tais como: balas - hoje com mercado de exportação para os Estados Unidos, biscoitos e copinhos de sorvete.

Desde 1973, as Indústrias Todeschini S/A estão instaladas em sua nova e moderna sede, sita no Pinheirinho, ocupando uma área de 62.000 metros quadrados.

Hoje, com maquinários sofisticados, aproximadamente 850 funcionários e uma frota própria de mais de cem veículos, são distribuídos em diversos Estados brasileiros, a produção mensal de 1.000.000 kgs de biscoitos, 21 tipos de balas com uma produção mensal de 200.000 kgs e 1.500.000 kgs mensais dos mais variados tipos de massas.

Assim sendo, com grande satisfação, vimos render nossas homenagens à Família Todeschini, que por cem anos vêm eficientemente administrando as Indústrias Todeschini S/A e, parabenizamos também aos funcionários desse imenso conglomerado industrial, dos quais, irmanados aos seus diretores, muito contribuíram no objetivo de justificar seu slogan "É o Paraná alimentando o Brasil".

Requeiro que cópia desse expediente seja encaminhada à diretoria da firma homenageada.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de votos de congratulações e manifestações de regozijo, atribuídos ao Presidente da Empresa C.R. Almeida S/A., Sr. Cecílio do Rego Almeida, e ao Vice-Presidente, Sr. Henrique do Rego Almeida, extensivo aos demais integrantes da Diretoria, pela conquista alcançada, figurando entre as cinco maiores empresas do Brasil, no setor de construção pesada, considerada a empresa de melhor desempenho em todo o País no ano de 1985, pelos mais conceituados órgãos de divulgação nacional, como: "Quem É Quem na Economia Brasileira", "Balanço Anual", da Gazeta Mercantil e "Maiores e Melhores" da Revista Exame.

Constitui-se motivo de orgulho para todos nós, particularmente por tratar-se a C.R. Almeida S/A de empresa privada, genuinamente paranaense, que ao longo de seus 30 anos de existência, expandiu suas atividades aos mais diferentes segmentos da economia, atuando na indústria, comércio, agropecuária, mineração, fabricação de explosivos, transporte pesado, hotelaria e turismo, aviação e exportação, mérito que hoje lhe confere a condição de maior empresa paranaense de construção civil.

Desta decisão requer ainda, seja dada ciência àquela Presidência, no seguinte endereço: Av. Vicente Machado, 1771, Batel, CEP 80.420, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de

ouvido o Plenário, o envio de telex ao Brigadeiro Otávio Moreira Lima, Ministro da Aeronáutica, solicitando providências urgentes na solução de problemas com o Aeroporto do Município de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Em recente visita oficial ao Paraná, o Sr. Ministro da Aeronáutica teve oportunidade de tomar conhecimento da situação angustiante que vivem milhares de famílias londrinenses, em virtude não só da atual e imprópria localização do Aeroporto de Londrina, como das restrições existentes sobre as propriedades situadas na área de zoneamento decorrente do Código do Ar.

A comunidade londrinense, representada não somente pela administração pública municipal, e também pela Câmara de Vereadores com especial referência ao empenho do Vereador Paulo Franzon, mas inclusive por uma ativa comissão de moradores representantes dos bairros afetados, manteve audiência especial com o Sr. Ministro expondo a situação e as reivindicações.

Nesta oportunidade, solicitamos urgência nas providências por parte do Ministro da Aeronáutica com vistas a:

1 - definição e planejamento do futuro aeroporto de Londrina a localizar-se em área apropriada, (patrimônio da aviação velha), conforme estudo e aprovação realizados pelo CECIA E BELO 5º COMAR. É importante a rápida aprovação do Governo Federal considerando esta área como de interesse para aeroporto e proibindo edificações de grande vulto;

2 - definição, com delegação de competência à Prefeitura Municipal de Londrina, a respeito do uso dos terrenos e imóveis existentes nos bairros afetados pelo zoneamento decorrente do Código de Ar, eliminando as restrições das construções e liberando os imóveis;

Salientamos que estas providências solicitadas são por nós apresentadas após demorada e cuidadosas apreciações junto a técnicos do serviço público como junto à Comissão de Moradores composta por: José Adir Carvalho, Sebastião Vieira, Manoel Gregório Neto, Maria Cebulski, José Antonio Macuco, Artis Walewski, Massani Kodawi, Carlos Humberto Vicentini, Luiz Vargas Prudêncio, Mário José Romagnoli, Marta Thot, Nilse Ferreira de Souza, Osmar Zarlugui e Vicente de Paulo da Cunha e Castro, cuja dedicação e elevado espírito público vem sendo reconhecidos por toda a comunidade londrinense.

Estamos convencidos de que a dedicação da Comissão, os compromissos do Sr. Prefeito Wilsom Moreira e do Sr. Governador José Richa, contam com o apoio integral das representações políticas do Paraná e que, juntamente com o empenho pessoal do Sr. Ministro da Aeronáutica, serão suficientes para conquistar com urgência as solicitações apresentadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da construção de três novas salas de aula no Colégio Estadual José Sarmiento Filho, localizado na Municipalidade de Iretama.

Muitos são os problemas atualmente enfrentados exatamente pela falta de maior espaço físico. Tanto na dificuldade

em se ministrar aulas como na execução de serviços burocráticos.

Ademais, conforme ressalta a Ilustríssima Senhora Dora-cilda Brescancim, Diretora daquele estabelecimento, o número de matrículas atingido neste ano fez com que o problema ganhasse dimensão ainda maior, face ao elevado contingente de estudantes.

Deste modo, diante da exposição de motivos apresentados, aguarda-se, por parte dessa Pasta, um pronunciamento favorável ao assunto em tela, dado, inclusive, a necessidade urgente.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da Fundepar - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a urgente liberação de cem carteiras para a Escola Estadual Maria Antonieta Scarpari - Ensino de 1.º Grau, localizada da Municipalidade de Goioerê.

Tendo em vista o elevado índice de matrículas efetuadas para este ano letivo naquele estabelecimento de ensino, além do precário estado de muitos móveis, diversos são os estudantes que simplesmente não possuem lugares para sentar.

Portanto, conforme iniciativa do Ilustríssimo Senhor Osvaldo Nassuo Nakano, Diretor da Escola faz-se necessário a liberação urgente de cem novas carteiras escolares, pondo fim a uma série de transtornos atualmente verificado.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada para a Delegacia da Municipalidade de Fênix.

O Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, presidido pelo Ilustríssimo Senhor Amadeus Marques de Oliveira, tem recebido inúmeras reclamações, feitas por parte da comunidade, quanto à ausência de condições de operacionalidade da Delegacia, em que pese os esforços do Ilustríssimo Senhor Delegado Damásio Quinteiro.

Deste modo, a fim de permitir reais condições àquele organismo de segurança, é imprescindível a destinação de uma viatura devidamente equipada, uma vez que a existente (ano de 1974) apresenta poucas condições de uso, obrigando policiais, às vezes, a recorrer a veículos particulares, notadamente na busca de bandidos.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

Curitiba, Quarta, em 05.03.86

atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da construção de uma sala para o funcionamento da secretaria da Escola Estadual Papa Paulo VI, localizada na Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

A iniciativa da presente solicitação é da Ilustríssima Senhora Rozália Cândido Machado. Diretora daquele conceituado e tradicional educandário e em nome dos professores e dos alunos, está a reivindicar a construção de uma sala para o funcionamento da secretaria, visto que, atualmente, a mesma vem funcionando em condições de extremas dificuldades.

Face à exposição de motivos, espera-se dessa Secretaria de Estado da Educação, o pronto atendimento desta que é, sem nenhuma dúvida, uma justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes para a implantação de revestimento asfáltico no acesso interno da sede da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Núcleo Regional de Campo Mourão.

Congregando praticamente todos os profissionais do setor, a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão é uma Entidade sem fins lucrativos, mais do que isto é um órgão cuja atuação tem se voltado para os anseios de sua categoria, que são também os da Nação brasileira.

Neste sentido, visando melhorar as condições de acesso à sede da referida Associação, o presente requerimento tem o fim especial de solicitar dessa Pasta o revestimento asfáltico em seu acesso interno (cerca de 300 metros).

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da SANEPAR - Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido da melhoria e ampliação da rede de água na Municipalidade de Campina da Lagoa.

Sem nenhuma dúvida, o problema quanto ao abastecimento de água em Campina da Lagoa em muitos casos é até crônico. A começar pela captação, uma vez que existe somente um poço artesiano, construído há muitos anos, cujas condições técnicas eram para atender um número bem menor de população comparado com o que existe atualmente. No que diz respeito à distribuição do referido líquido, o mesmo se dá em condições não correspondentes as normas de higiene, além de que são muitas as residências e estabelecimentos que não contam com ligação.

Conforme apelo feito pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Antônio de Lima, Prefeito Municipal, faz-se necessário dotar Campina da Lagoa com uma rede de água à altura de seu porte, assegurando tranquilidade à população, que, atualmente,

tem enfrentado vários transtornos, notadamente pela falta de água em diversas horas do dia.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, para que se destine pelo menos cem carteiras escolares para o Colégio Estadual Vicente Leporace, localizado na Municipalidade de Boa Esperança.

O presente requerimento baseia-se na manifestação do Diretor daquele conceituado educandário. Segundo o Ilustríssimo Senhor Adolfo Edevaldo Valeze, muito são os alunos que não tem onde sentar, exatamente pela falta de carteiras, ou mesmo pelo péssimo estado de muitas delas.

Tal situação deve-se ao fato de que se verificou um expressivo aumento das matrículas; havendo, portanto, a real necessidade, num menor espaço de tempo possível, o atendimento do assunto ora exposto.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da CAFE DO PARANÁ, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo o envio de um trator para atender os agricultores da Municipalidade de Araruma.

Liderados pelo Ilustríssimo Senhor Delcídio Rorato, mais de setenta agricultores, proprietários de pequenas e médias áreas rurais, já se manifestaram quanto à necessidade da CAFE DO PARANÁ colocar à disposição dos mesmos um trator. O referido trator se destinará a atender ao conjunto de agricultores, que, em face do atual momento de frustrações no setor, precisam contar com apoio concreto dos órgãos governamentais.

Ademais, vale dizer que o trator permitirá principalmente atender o que diz respeito à execução de trabalhos relativos à construção de micro-bacias (atualmente não levada a efeito), bem como os serviços de combate à erosão.

Espera-se, portanto, a imediata adoção de medidas que venham de encontro a esta justa manifestação dos agricultores ararunenses.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o encaminhamento de correspondência ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., Doutor Antonio José Correia Ribas, no sentido de sinalizar com placa nominativa, a Rodovia PR-456, que liga Pitanga a Palmital, passando pelo Distrito de Barro Preto, de Rodovia "Moacir Júlio Silvestre", conforme Lei n. 8.233 de 08 de janeiro de 1986, devidamente sancionada

pelo Senhor Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhada correspondência ao Senhor Secretário da Administração, José Olímpio de Paula Xavier, e ao Senhor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado-IPE, Doutor Celso F. Hilgert, pedindo a instalação em Cascavel de um Centro Previdenciário, nos moldes do existente na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Cascavel é cidade-sede e pólo geo-econômico da microrregião Oeste do Paraná, congregando 30 cidades. Em decorrência, a Coordenadoria Regional do IPE, instalada em Cascavel, dá assistência aos segurados do Instituto domiciliados na microrregião, muitas vezes sem condições de oferecer serviços ideais, reclamados pelos segurados. Assim sendo, a instalação de um Centro Previdenciário virá possibilitar melhor assistência e serviços de melhor qualidade, satisfazendo o que espera a população segurada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores DOUTOR JOSÉ RICHIA, Governador do Estado, JOÃO ELÍLIO FERRAZ DE CAMPOS, Secretário de Estado das Finanças, DOUTOR NICOLAU ABAGGE, Presidente do BANESTADO S/A, e ao DOUTOR FERNÃO BRACHER, Presidente do Banco Central, solicitando a implantação e instalação de uma Agência do Banco do Estado do Paraná S/A, na sede do Município de Altamira do Paraná.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Vários foram os apelos feitos para que seja levado ao Município de Altamira do Paraná, uma Agência do BANESTADO S/A, e até a presente data não se obteve uma solução para o grave problema que vem em prejuízo de toda a população, bem como da administração pública daquele município que tem de se deslocar para outros municípios, para que possam resolver seus problemas financeiros, junto a uma casa de crédito. A Prefeitura daquele município, já foi prejudicada por diversas ocasiões, levando-se em consideração que cada vez que se faz um crédito de verbas e subvenções por parte dos órgãos governamentais, essas mesmas verbas têm sido creditadas nas mais diversas cidades, tais como: Campo Mourão, Pitanga, Palmital, Campina da Lagoa e outras, causando sérios transtornos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor

Ministro da Agricultura, Iris Resende, solicitando atendimento às reivindicações da Associação Paranaense de Suinocultores, visando a melhoria genética da suinocultura paranaense.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A suinocultura paranaense está estruturada em sessenta e dois por cento das propriedades rurais do Paraná, representando oito e meio por cento da renda bruta da agropecuária do Estado.

Apesar de tanta importância na economia paranaense, a suinocultura vem sendo discriminada na esfera federal que privilegia com verbas os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Comando da Polícia Militar do Estado pela brilhante atuação durante o comando de operação praia, 85/86.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor GILBERTO GERALDO GARBI, Digníssimo Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto Telefônico — P.S., no Distrito de Vista Alegre, Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Vista Alegre, inegavelmente representa a conjugação de inúmeros fatores pelo processo desenvolvimento do Município de Ortigueira, cuja maior sustentação sócio-econômica daquela localidade, a exemplo do Município, se dá através das atividades agrícolas, de várias lojas comerciais, escolas, Posto de Saúde, igrejas, etc., ainda não possuindo o meio de comunicação premente, que é o telefone.

O presente requerimento tem por finalidade básica, solicitar que essa Companhia, mediante estudos, avalie as possibilidades de se instalar tal Posto Telefônico em Vista Alegre.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Comissão Executiva desta Casa informações quanto à composição da Mesa, tendo em vista a mudança do Deputado ocupante do cargo de 2.º Secretário de partido minoritário para o partido da bancada majoritária.

Quando das eleições para escolha da Mesa, com mandato no biênio 85/86, existiam dois partidos (PMDB, majoritário; PDS, minoritário). Em acordo, seguindo a praxe de todos os parlamentos do País, em costume que já se incorpora aos direitos consuetudinários, atribuiu-se ao partido minoritário ocupar a 2.ª Secretaria.

Em eleições internas da Bancada do PDS, foi escolhido o Deputado Quielse Crisóstomo da Silva para ocupar o cargo nes-

sa representação partidária.

Mudando de partido o Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, incorporando-se à bancada majoritária, ficou a Mesa Diretora inteiramente formada por integrantes do PMDB, falseando o princípio de representação das minorias.

Nosso entendimento é de que o cargo de 2.º Secretário não pertence ao Deputado e sim às minorias hoje existentes na Casa (PDS, PFL, PDT, PCB), a quem compete indicar novo nome para ocupar essa posição, constituindo a mudança de partido do atual ocupante uma virtual e clara renúncia da representação que recebeu de sua anterior bancada.

Para conhecer a posição da Comissão Executiva perante tais fatos é formulada a presente consulta.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 19/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Padre JOSEF CHRISTIAN WIL BOSMANS, atual Vigário do município de Pranchita.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei está plenamente justificado pelo perfil do Padre Josef, que a seguir descrevemos. Sua biografia demonstra cabalmente seu elevado espírito de humanidade e dedicação às aspirações populares.

Padre JOSEF CHRISTIAN WIL BOSMANS, nasceu a 08 dezembro de 1927, em Bree, Bélgica, filho de Jan Bosmans e Elisa Vreys.

Fez seus primeiros estudos (primário e secundário) em Gerdingen e Bree, de 1933 a 1942, tendo sido membro da resistência do exército dos aliados, de 1941 a 1947.

Em setembro de 1947, ingressou na Congregação dos Missionários do Sagrado Coração, tendo frequentado os cursos de filosofia, teologia e enfermagem, na Universidade de Lovania, até 1955, quando então veio para o Brasil.

Aqui chegando, já em 1955, foi Vigário em Panambi, Rio Grande do Sul, no ano seguinte Coadjutor em Barracão e, ainda em 1956, Vigário em Francisco Beltrão, visitando mais de 100 capelas da região. Co-líder com o doutor Walter Pecoits no levante dos colonos contra as Companhias da Citia Paulista, em novembro de 1959, intermediou as negociações entre o exército da União e a polícia estadual, exigindo a criação de um organismo federal para regularizar as terras do sudoeste do Paraná, conseguindo a criação do GETSOP, sob a chefia de Deni Schwartz, que desenvolveu um trabalho eficiente e honesto para a regularização das escrituras de terras.

Em 1960, promoveu a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Cooperativa Mista, em Francisco Beltrão.

Vigário em Ampére de 1963 a 1974, contribuiu decisivamente para a construção do Centro Social, com escola de tecelagem, ambulatório, dentista, creche e clube de mães, promovendo ainda a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a reestruturação da Confrabel, cooperativa falida, com um entreposto em Ampére, a construção do Colégio São Miguel, com a vinda das Irmãs Beneditinas da Divina Providência de Veneza,

Santa Catarina, tendo sido decano e assessor direto de Dom Agostinho, de 61 a 66.

Em 1967, freqüentou o curso de cooperativismo e lideranças comunitárias, em Leiden, na Holanda.

Em 1974, cursou no Rio de Janeiro o Instituto Brasileiro de Ciências Sociais e Políticas, com pós-graduação.

Designado para Vigário de Pranchita, em outubro de 1979, já em março de 1980 formou o primeiro Conselho Pastoral da paróquia, desenvolvendo intenso e proffcuo ministério, inclusive com intensa batalha pela sobrevivência da Coopersabadi. Em julho de 1981, foi eleito presidente da Comissão pró-emancipação de Pranchita, lutando arduamente junto à Assembléia Legislativa, com o apoio do então Deputado Túlio Zanchet, para obter a aprovação do projeto de emancipação. Com o plebiscito de 13 de dezembro de 1981, em 1982 obteve a grande vitória da criação do Município de Pranchita. Nesse mesmo ano, freqüentou o curso e estágio no Banco Agrícola do Sindicato dos Agricultores, em Hasselt, Bélgica. Retornando, deu início à construção do Centro Social de Pranchita e à construção da Casa das Irmãs da Divina Providência e até hoje continua seu ministério.

PROJETO DE LEI N. 20/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — O Art. 1.^o da Lei 7637, de 10 de setembro de 1982, passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

§ 1.^o — Enquadram-se nesta Lei, os Policiais Militares da Reserva Remunerada e Reformados até 31/12/79.

§ 2.^o — Os benefícios desta lei, são extensivos aos Policiais Militares promovidos anteriormente à Criação da Escola de Formação de Oficiais e Curso Superior de Polícia.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar do Paraná vem, a mais de 130 anos, prestando relevantes serviços à população do Estado. Como todos os setores da vida pública teve nos seus primeiros anos as dificuldades naturais da iniciação e, em decorrência disso não criou cursos para melhor qualificação profissional. Vivía mais da boa vontade de cada um de seus componentes, já que os de maiores postos eram transitórios, como seja, seus primeiros comandantes vinham do nosso glorioso Exército Nacional. Em termos de interesse profissional (realização de cursos Policial Militar), teve início nos anos de 1936 com os cursos regulares de formação de Cabos e Sargentos.

Em 1942, pela iniciativa do então Interventor Manoel Ribas conseguiu junto à 5.^a RM para que no CPOR, os Sargentos da PMPR - mediante exame de seleção, fizessem o CRASI (Curso Regional de Aperfeiçoamento de Sargentos de Infantaria). Os sargentos que concluíram com aproveitamento este curso, preencheram os quadros do oficialato. Em 1950, por ato governamental foram incluídos como Aspirantes a Oficial os ex-alunos do CPOR.

A redenção da Corporação, veio com o advento em 1951 da Escola de Formação de Oficiais, hoje Academia Policial Militar do Guatupê, de cuja escola já possui brilhantemente o próprio Comando Geral. Ainda, na ânsia do aperfeiçoamento de seus oficiais, criou-se o CAO (Curso de Aperfeiçoamento de

Oficiais), curso máximo que da condição "sine qua non" para entrar no quadro de oficiais superiores (Major, Tenente Coronel e Coronel), inicialmente feito na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Atualmente é feito na Academia Policial Militar do Guatupê.

Em 1968 novo curso foi criado mediante normas da Inspeção Geral dos Policiais Militares, curso denominado Superior de Polícia para inscrição no posto máximo de Tenente Coronel, tirando assim a oportunidade dos Coronéis poderem cursá-lo.

Pela Lei n. 6417 de 03.07.73 foi criado e concedido vantagens pecuniárias de 20% ao C.A.O e 25% ao Superior de Polícia. Em 1982 pela Lei 7637 de 10.09.82 estes percentuais foram elevados para 50% e 55%, respectivamente. Ocorre que os possuidores destes cursos e que foram para a Reserva Remunerada até 1979, não obtiveram as diferenças de mais 30% e, somente é sacada a quem foi para a Reserva Remunerada a partir de 1980.

A Lei n. 7637 de 10.09.82 é composta de três artigos. Como se vê na súmula. Mas em tópico algum ela faz referências discriminatórias entre ATIVA, RESERVA REMUNERADA ou REFORMADOS. Releva notar no entretanto, que para os que passaram para a Reserva Remunerada até 1979 não está sendo sacada a diferença dos 30%. No art. 2.^o foram beneficiados tanto os subalternos da "ativa" como os da "Reserva". Nota-se pois, que a Lei 7637 está registrando a "discriminação" naquilo que trata o art. 1.^o.

Como já foi relatado, até os anos 1940 não existiam cursos. Face a isto, alguns policiais militares não têm curso, mas cumpriram por esforço próprio com todas as missões a eles confiadas, com muita dignidade e sabedoria cargos e funções do oficialato — Comando Geral, Delegados de Polícia, Secretaria de Estado, Prefeitos, etc. Agora, após prestarem até 40 anos de serviços, sofrem os dissabores quando se comprova que tanto no efetivo de graduados, quanto nos postos do oficialato, os inferiores percebem proventos superiores aos seus.

Assim, para reparar as injustiças é de bom alvitre acrescentar os parágrafos propostos nesta justificação.

PROJETO DE LEI N. 21/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — O art. 14 da Lei n. 8.216 de 31.12.85 passa a vigor acrescido do seguinte item VI:

"Art. 14. São isentos do pagamento do IPVA, os veículos:

- I -
- II -
- III -
- IV -
- V -
- VI - de viajantes autônomos."

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

A T.R.U. — Taxa Rodoviária Única — era um imposto federal; atualmente, ela fica 50% para o Estado e 50% para o município onde é recolhida, tendo sido substituída sua denominação por I.P.V.A., Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores.

De iniciativa do Senhor Francisco Frejuelo, Presidente da Associação de Viajantes do Norte do Paraná, visa o presente plano de lei isentar, identicamente ao ocorrido no dia 20 de dezembro do ano passado no Estado de São Paulo, os viajantes autôno-

mos do pagamento do IPVA, tendo em vista que tal imposto incide justamente sobre sua ferramenta de trabalho, o automóvel.

A AVNPr entrou nesta luta justamente porque se tem revelado, desde a sua fundação em 1958, e já com o primeiro Presidente Algacir Penteado (popular Xulipa), uma entidade sempre atuante nas causas que venham a beneficiar a classe que representa. Desenvolvendo nos seus primórdios um trabalho de cunho essencialmente filantrópico, teve também como seus dirigentes máximos os Senhores Francisco Olivieri e Geraldo Júlio, ex-Vereadores de Londrina. Em 1964 a AVNPr foi reconhecida de Utilidade Pública Municipal, por intermédio da Lei Municipal n. 818 de 1.º de julho daquele ano, graças à destacada atuação em prol dos viajantes autônomos.

Neste momento, a aprovação deste Projeto é de suma importância, já que se trata de isentar de pagamento de imposto estadual uma classe que vê o tributo incidir sobre o objeto primeiro do seu trabalho diário. De lembrar aqui, que também recentemente, mas já em âmbito federal, os viajantes autônomos representados por sua entidade máxima, a UNAV — União Nacional de Associações de Viajantes, conseguiram derrubar o pagamento do IPI e ICM para a compra de carros a álcool.

Diante dos fatos mencionados e da justeza da medida a ser criada, temos a certeza de que os nobres Pares se sensibilizarão para que a mesma venha a se concretizar, passando os viajantes autônomos do Paraná, identicamente aos de outros Estados que adotaram medidas similares à pleiteada, venham a ficar isentos do pagamento do IPVA.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — Está finda a leitura do expediente. Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“A importação de milho dos Estados Unidos, no final de 1985, e que começou a chegar ao Porto de Paranaguá, no mês passado, reafirma uma realidade que nos preocupa: o Brasil já se caracteriza como um país importador de milho.

Podem até argumentar que esta importação se deve à forte seca que atingiu nossa agricultura. Seria apenas uma meia verdade. A seca só agravou o problema.

Já nos anos de 1980 e 1981, compramos milho dos Estados Unidos, por sinal de péssima qualidade. Em 1982, importamos milho argentino, desta vez de bom padrão.

No final de 1984, compramos novamente o produto dos Estados Unidos. Foram milhares de toneladas que simplesmente apodreceram no Porto de Paranaguá, ao serem desembarcadas no Brasil, além de apresentar altos teores de aflotoxina, uma micotoxina cancerígena que torna o produto impróprio para o consumo humano ou mesmo animal.

Com exceção da importação da Argentina, em 1982, quando recebemos milho de bom padrão e sem nenhuma toxina, todas as outras importações se constituíram em verdadeiros escândalos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não foi nenhuma surpresa para nós o mais novo escândalo do milho, ocorrido no mês de janeiro. Novamente recebemos dos Estados Unidos o produto abaixo do padrão e com especificações erradas na aquisição. Recebemos o milho com grãos quebrados, ardidos e com elevado teor de umidade, além de apresentar características de ter sido produzido em safras anteriores, mais especificamente a de 1983. E a situação ficou mais grave quando o milho foi descarregado no Porto de Paranaguá que não tem estrutura para

receber e armazenar o produto como ele chegou: a granel.

Agora, fatalmente, os prejuízos de toda essa irresponsabilidade vão recair sobre os avicultores, suinocultores e consumidores brasileiros e paranaenses que estão recebendo um produto de péssima qualidade, com baixa quantidade de proteína e vitamina K, além da umidade que propicia o desenvolvimento de fungos, principalmente aspergillus, que causam a aflotoxina e podem levar rebanhos inteiros à morte.

A CFP, justamente o órgão responsável pela comercialização, tira o corpo fora. Seu gerente regional, Eugênio Stefanello, infelizmente um resquício da ditadura que continua na Nova República, teve o descaramento de afirmar, contrariando todas as evidências, inclusive o laudo da CLASPAR, que “o milho não estava estragado”.

Alternativas para evitar esse problema, existem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por exemplo, se tradicionalmente o milho que importamos dos Estados Unidos não presta para o nosso consumo, o que não é apenas coincidência, mas acontece porque os padrões de classificação dos norte-americanos são completamente diferentes dos nossos, porque não importamos de outros países com padrões semelhantes, como a Argentina?

Além disso, Srs. Deputados, o milho argentino sairia muito mais barato, pois, chegaria ao Porto de Paranaguá ao preço de 115 dólares por tonelada, segundo dados da revista “Globo Rural”, enquanto o produto que compramos dos Estados Unidos custou 141 dólares por tonelada.

Mas, o que precisamos mesmo, Srs. Deputados, é de uma solução definitiva. Precisamos acabar com a nossa dependência do mercado externo. É inadmissível que um país como o Brasil, com solo fértil e clima tropical, seja dependente de importação de milho.

Há cerca de cinco anos a produção brasileira de milho está estagnada, enquanto o consumo interno aumenta ano a ano. E para reverter esta situação é muito simples. Basta apenas que a Nova República crie instrumentos efetivos de apoio aos pequenos produtores para produção e comercialização, efetivando também um estoque regulador que proteja o mercado interno.

É a nossa sugestão para eliminarmos de vez esta dependência que tantos prejuízos já causou à Nação e muitas divisas continuam sangrando do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Antônio Annibelli) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, para registrar em nome do Partido Comunista Brasileiro, as boas-vindas ao Deputado Edilson Alencar. Fazemos questão de nos somar aos demais Partidos que assim o fizeram.

Em segundo lugar, somente para solicitar aos Srs. Deputados, apoio e aprovação a um requerimento que submetemos à apreciação dos Srs. Deputados, que pede seja enviado telex ao Brigadeiro Otávio Moreira Lima, Ministro da Aeronáutica, solicitando as providências urgentes na solução dos problemas com o aeroporto do Município de Londrina.

Em recente visita oficial ao Paraná, o Sr. Ministro da Aeronáutica, juntamente com o Governador José Richa, esteve entre outras cidades em Londrina, oportunidade em que tomou conhecimento da situação angustiante em que vivem milhares de famílias londrinenses, em virtude não só da atual e

imprópria localização do aeroporto da cidade, como também perante as restrições existentes sobre as propriedades situadas na área de zoneamento decorrente de Código do Ar. Cerca de mil e quinhentas famílias, proprietárias ou residentes nesta área de ruído 1, ruído 2, têm impedida a possibilidade de edificação, de ampliação de suas moradias ou mesmo de venda dos imóveis.

A comunidade londrinense representada não somente pelo Prefeito Wilson Moreira, pela Câmara de Vereadores, mas também por uma comissão de moradores, formada desde o início deste ano, por estas centenas de famílias de todos os bairros circunvizinhos ao aeroporto, esta comunidade toda, comissão, Prefeito, Deputado, Vereadores, tiveram uma audiência especial com o Sr. Ministro da Aeronáutica e colocaram a exposição da situação existente, que já vinha há semanas agitando a vida política de Londrina, como muito bem registrou o jornal "Folha de Londrina".

Nesta oportunidade, solicitamos através de requerimento, urgência nas providências que o Ministro da Aeronáutica se comprometeu naquela ocasião, em desencadear.

Após discussão com técnicos da Prefeitura e com a comissão de moradores composta por cerca de quinze membros, que vêm, com dedicação, se reunindo e discutindo o problema que ainda persiste, elaboramos, listamos, as seguintes providências que são de caráter urgente por parte do Ministério da Aeronáutica.

Primeira: a definição e planejamento do futuro aeroporto de Londrina a localizar-se em área apropriada, patrimônio da aviação velha; conforme estudo e aprovação já realizados pelo CECIA, órgão do Ministério e pelo 5.º COMAR - Comando do Ministério da Aeronáutica no sul do País.

É importante a rápida aprovação do Governo Federal, considerando esta área como de interesse para o aeroporto e proibindo a edificação de grande vulto. Esta área do futuro aeroporto de Londrina.

Segunda providência: definição com delegação de competência à Prefeitura Municipal de Londrina, a respeito do uso dos terrenos e imóveis existentes nos bairros afetados pelo zoneamento decorrente do Código do Ar, eliminando as restrições das construções e liberando os imóveis.

Estas duas providências são necessárias e ansiosamente aguardadas por parte da comunidade londrinense. Uma de caráter mais imediato, a questão da delegação à Prefeitura da competência para diminuir as restrições em relação às construções, os terrenos circunvizinhos ao aeroporto. A segunda de caráter mais a médio prazo, do planejamento e construção do futuro aeroporto da cidade.

Era neste sentido que solicitávamos a todos, a apreciação e aprovação desta nossa iniciativa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Antônio Annibelli) Encerrado o Pequeno Expediente, e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do Partido Comunista Brasileiro, se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Líder do Partido Comunista Brasileiro, Sr. Deputado Márcio Almeida, por doze minutos.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Obrigado, Sr. Presidente. Não serão necessários doze minutos.

Gostaria de aproveitar este espaço do Horário da Liderança de hoje, uma vez que no horário de amanhã, na sessão

de amanhã, espero que todos nós passamos a orientação dos nossos pronunciamentos da comemoração do dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, ocasião em que estarão aqui representantes das várias entidades destes segmentos da nossa sociedade, participando da sessão e se reunindo logo após aqui no Pequeno Plenário deste Poder.

Mas, eu então, aproveito o espaço das Lideranças partidárias para tratar de um assunto que não é partidário, mas que nada impede que seja feito.

Refere-se à realização neste próximo domingo, dia 09, aqui na Assembléia Legislativa, da Pré-Conferência de Saúde do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não sei, pelo que me diz já é do conhecimento de todos, mas o Setor de Saúde de Previdência Social brasileiro, vem há meses realizando um processo amplo e profundo de debate sobre os temas da saúde como direito da cidadania a reformulação do sistema de saúde e o financiamento do setor que deve combinar neste mês de março, no período de 17 a 21, em Brasília, quando da realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde.

A Assembléia Legislativa do Paraná tem participado deste processo através da Comissão de Saúde. É inclusive, uma das entidades juntamente com o INAMPS regional do Paraná, juntamente com a Secretaria da Saúde do Estado e com o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, faz parte das entidades promotoras da Pré-Conferência do Estado do Paraná, carta que já deve ser do conhecimento de todos e que neste domingo, dia 09, receberá neste Poder, centenas de participantes e delegados de todas as regiões do Paraná para se discutir as teses que o Paraná levará até a 8ª Conferência, em Brasília.

Essencialmente teses dirigidas à Constituinte que se avizinha, sem abrir mão de propostas de reformulação do sistema de saúde que se impõe desde já como algumas já vem sendo realizadas como bem exemplifica o recente programa de Ações Integradas de Saúde.

Mas, a 8ª Conferência Nacional de Saúde neste ano realizada se distingue das demais ocorridas anteriormente. Todas as outras sempre se pautaram por um reduzido processo de discussão. Mesmo antes de 64, quando se realizou a de 1.941, que foi a primeira, a de 1.950 e mesmo a 3ª Conferência Nacional de Saúde que em 63, às vésperas do golpe militar, portanto, de 64, que impediu a própria publicação do resultado daquela conferência, que já discutia e aprovava.

Veja bem, Sr. Presidente, Senhores Deputados, o atraso que o País sofreu nestes últimos anos.

Em 1963, final do ano, se reunia no Rio de Janeiro e se realizava a 3ª Conferência Nacional de Saúde, quando então, centenas de delegados do País todo discutiram e aprovaram propostas de um plano de saúde que encaminhava pela municipalização, a descentralização, a integração do serviço de prevenção e de cura, a orientação da central de medicamentos que não existia na época, alguns laboratórios públicos que existiam, mas que deveriam ser concentrados, ou seja, teses que hoje voltam à 8ª Conferência Nacional de Saúde com perspectiva de ser levada à prática. Ou seja, foram vinte e três anos de retrocesso, de atraso que o setor de saúde teve neste particular.

Mas, enfim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a nossa intenção ao ocupar este espaço para mencionar este acontecimento do próximo domingo para enfatizar a importância dos Senhores Deputados de participarem dos debates deste domingo da Pré-Conferência Estadual de Saúde, juntamente com as centenas de profissionais do setor de saúde e com os dirigen-

tes sindicais de trabalhadores rurais, urbanos e associações de bairros que, do Paraná todo, acorrerão aqui à Assembléia, para discutir e continuar contribuindo com esse processo, que ao nosso ver não se encerra na oitava conferência, mas que já vem de algum tempo e que deve, após a oitava conferência, permanecer como forma, politicamente correta, de garantir que os resultados da conferência e mesmo o que se vier propor na futura Constituinte, venha a ser executado e colocado em prática, ou seja, somente a vigilância e a cobrança popular, é que ao nosso ver, garantem a prática de medidas legais que, porventura, venham a ser aprovadas em favor do povo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — No Horário das Lideranças, consulto o Líder do PMDB se deseja usar da palavra. (Declina).

Consulta à Liderança do PDT. (Declina)

Consulta à Liderança do PDS. (Declina)

Consulta à Liderança do PFL. (Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Pela Ordem) — Gostaria que ficasse registrado o meu não apoio ao projeto do Deputado Aníbal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — A Mesa irá anotar a sua posição contrária ao apoio dos Senhores Deputados. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 169/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de utilidade pública a "CASA DO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA", com sede e foro no município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 187/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE HOSPITALAR DOS TRABALHADORES RURAIS DE VERÊ", com sede no município de Verê e foro no município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) — Sobre a mesa, 1ª

querimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Bonfim Silva, ocorrido no dia 02 de março do corrente ano, nesta Capital.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco José Ermann Ohren, ocorrido em janeiro do corrente ano.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ezídio Antonio Pin, ocorrido no dia 03 de março do corrente ano, nesta Capital.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a doação de um trator para atender os agricultores do município de Araruna.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio do expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo o envio de pelo menos 100 (cem) carteiras escolares para o Colégio Estadual Vicente Leporace do município de Boa Esperança.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a melhoria e ampliação da rede de água do município de Campina da Lagoa.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a implantação de revestimento asfáltico no acesso interno da sede da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Núcleo Regional do município de Campo Mourão.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a construção de uma sala para o funcionamento da secretaria da Escola Estadual Papa Paulo VI, do município de Engenheiro Beltrão.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a doação de uma viatura devidamente equipada para a delegacia do município de Fênix.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de cem carteiras para a Escola Estadual Maria Antonieta Scarpari - Ensino de 1º Grau, do município de Goioerê.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a construção de três novas salas de aula no Colégio Estadual José Sarmiento Filho, do

Município de Iretama. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto Telefônico — P.S., no Distrito de Vista Alegre, Município de Ortigueira. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela brilhante atuação durante o comando de operação praia, 85/86 à Polícia Militar do Paraná. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando votos de congratulações, pela passagem do 100.^o aniversário das Indústrias Todeschini S/A, nesta Capital. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Administração e Superintendente do IPE, encarecendo a instalação de um Centro Previdenciário, nos moldes existentes na cidade de Londrina, no Município de Cascavel. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo a sinalização com placa nominativa, na Rodovia PR — 456, que liga Pitanga a Palmital, passando pelo Distrito de Barro Preto, de Rodovia Moacir Júlio Silvestre. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Empresa C.R. ALMEIDA S/A, nesta Capital por figurar entre as cinco maiores empresas do Brasil. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Srs. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo o atendimento das reivindicações da Associação Paranaense de Suinocultores, visando a melhoria genética da suinocultura paranaense. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Aeronáutica, encarecendo providências urgentes na solução dos problemas do aeroporto do Município de Londrina. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário das Finanças e Presidente do Banestado S/A e do Banco Central, encarecendo a

implantação e instalação de uma Agência do Banco do Estado do Paraná S/A, no Município de Altamira do Paraná. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando informações sobre a composição da Mesa Executiva, tendo em vista a mudança de partido do Deputado ocupante do cargo de 2.^o Secretário. — À Comissão Executiva para apreciar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, encarecendo informações sobre os recursos enviados ao Município de Mariluz. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante de expediente da sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n. 203/84, que visa aprovar relatórios final e parcial da CPI da Corrupção. — Em votação.

O SR. IVAN GUBERT — (Pela Ordem) Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Antônio Annibelli) A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Antônio Annibelli) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.^o Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

26 Srs. Deputados responderam a chamada. Não há quorum para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA;

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 169/85 e 187/85.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n. 341/85

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 250/85.

Levanta-se a sessão.